

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	12
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	18
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	21
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	22
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2025</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	180.894
Preferenciais	1.025.897
<b>Total</b>	<b>1.206.791</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2025</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2024</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2023</b>
1	Ativo Total	9.701	10.101	10.607
1.01	Ativo Circulante	102	0	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2	0	0
1.01.03	Contas a Receber	100	0	0
1.01.03.01	Clientes	100	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	9.599	10.101	10.607
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	26	26	31
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	26	26	31
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	0	0	6
1.02.01.10.05	Títulos de Capitalização	26	26	25
1.02.03	Imobilizado	9.573	10.075	10.576
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.573	10.075	10.576
1.02.03.01.01	Custo Histórico	17.127	17.127	17.127
1.02.03.01.02	Depreciação Acumulada	-5.411	-4.909	-4.408
1.02.03.01.03	Provisão pra Perdas	-2.143	-2.143	-2.143

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2025</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2024</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2023</b>
2	Passivo Total	9.701	10.101	10.607
2.01	Passivo Circulante	2.402	1.222	425
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8	9	8
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3	4	2
2.01.01.01.01	INSS a Recolher	3	4	2
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	5	5	6
2.01.01.02.01	Salários a Pagar	2	2	2
2.01.01.02.02	Férias a Pagar - 1/12 Avos Mensal	2	1	1
2.01.01.02.03	INSS S/ Férias a Pagar - 1/12 Avos Mensal	0	1	2
2.01.01.02.04	13º Salário a Pagar	1	1	1
2.01.02	Fornecedores	288	288	260
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	288	288	260
2.01.03	Obrigações Fiscais	336	155	157
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	236	117	111
2.01.03.01.05	CVM	160	74	46
2.01.03.01.08	Pis a Recolher	6	0	3
2.01.03.01.09	Cofins a Recolher	26	0	19
2.01.03.01.10	Parcelamento Lei 11.941/2009	0	0	5
2.01.03.01.11	Parcelamento Lei 12.996/2014	44	43	38
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	100	38	46
2.01.03.03.02	Parcelamento Ordinário IPTU	100	38	46
2.01.05	Outras Obrigações	1.770	770	0
2.01.05.02	Outros	1.770	770	0
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	1.770	770	0
2.02	Passivo Não Circulante	171.153	149.719	132.165
2.02.02	Outras Obrigações	171.153	149.719	132.165
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	170.580	149.590	131.979
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	170.580	149.590	131.979

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2025</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2024</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2023</b>
2.02.02.02	Outros	573	129	186
2.02.02.02.03	Parcelamento CVM	475	0	0
2.02.02.02.05	Parcelamento Lei 12.996/2014	98	129	157
2.02.02.02.08	Parcelamento - IPTU	0	0	29
2.03	Patrimônio Líquido	-163.854	-140.840	-121.983
2.03.01	Capital Social Realizado	44.070	44.070	44.070
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-207.924	-184.910	-166.053

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.108	22	22
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-466	0	0
3.03	Resultado Bruto	642	22	22
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-33	-763	-883
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.033	-763	-883
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.000	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	609	-741	-861
3.06	Resultado Financeiro	-23.697	-18.138	-16.316
3.06.01	Receitas Financeiras	0	0	382
3.06.02	Despesas Financeiras	-23.697	-18.138	-16.698
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-23.088	-18.879	-17.177
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-23.088	-18.879	-17.177
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-23.088	-18.879	-17.177

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-23.088	-18.879	-17.177
4.03	Resultado Abrangente do Período	-23.088	-18.879	-17.177

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-20.988	-17.612	-12.035
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-22.512	-18.356	-16.676
6.01.01.01	Resultado Líquido do Exercício	-23.088	-18.879	-17.177
6.01.01.02	Encargos de Depreciação e Amortização	502	501	501
6.01.01.03	Ajuste de Exercícios Anteriores	74	22	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.524	744	4.641
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	20.990	17.612	12.033
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2	0	-2
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	0	0	2
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2	0	0

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	44.070	0	-184.910	0	0	-140.840
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	74	0	74
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.070	0	-184.910	74	0	-140.766
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-23.088	0	-23.088
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.088	0	-23.088
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	44.070	0	-184.910	-23.014	0	-163.854

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	44.070	0	0	-166.053	0	-121.983
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	22	0	22
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.070	0	0	-166.031	0	-121.961
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-18.879	0	-18.879
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-18.879	0	-18.879
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	44.070	0	0	-184.910	0	-140.840

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	44.070	0	0	-148.876	0	-104.806
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	44.070	0	0	-148.876	0	-104.806
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.177	0	-17.177
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.177	0	-17.177
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	44.070	0	0	-166.053	0	-121.983

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023</b>
7.01	Receitas	1.108	22	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.108	22	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-901	-219	-189
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-901	-219	-189
7.03	Valor Adicionado Bruto	207	-197	-189
7.04	Retenções	-466	-501	-501
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-466	-501	-501
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-259	-698	-690
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.000	0	382
7.06.02	Receitas Financeiras	0	0	382
7.06.03	Outros	1.000	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	741	-698	-308
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	741	-698	-308
7.08.01	Pessoal	38	42	39
7.08.01.01	Remuneração Direta	27	31	29
7.08.01.03	F.G.T.S.	11	11	10
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	419	4	138
7.08.02.01	Federais	4	2	16
7.08.02.03	Municipais	415	2	122
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23.372	18.135	16.692
7.08.03.01	Juros	23.372	18.135	16.692
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-23.088	-18.879	-17.177
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-23.088	-18.879	-17.177

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos a Vossas Senhorias as demonstrações contábeis acompanhadas das correspondentes notas explicativas e parecer dos Auditores Independentes, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024. Apesar de todos os esforços despendidos por todos os administradores, as atividades operacionais da companhia continuam paralisadas sem previsão da retomada das operações.

Permanecemos à disposição para quaisquer eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários.

Parnamirim (RN), 05 de março de 2026.

### Conselho de Administração

**Presidente:** Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

**Conselheiro:** William Antônio dos Santos

**Conselheiro:** Luciana Roma Victor de Araujo

### Diretoria:

**Diretor-Presidente:** Jarbas Guimarães Junior

**Diretoria Comercial:** Jarbas Guimarães Junior

**Diretoria de Relações com Investidores:** Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

**Contador:** Francisco Ferreira Paz Junior

CRC 029260 PE – “S” RN

CNPJ nº 08.424.178/0001-71

**Notas Explicativas**

EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

NIRE: 2430001193

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Em Milhares de Reais

**1. Contexto operacional**

A empresa é uma sociedade anônima de capital aberto, e tem por objetivo social a industrialização e comercialização de produtos têxteis, principalmente toalhas para rosto, banho e copa.

**2. Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O patrimônio líquido da empresa é negativo, pela absorção dos prejuízos acumulados auferidos.

**3. Principais práticas contábeis**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

**3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa (Disponibilidades) - CPC 03**

Os equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A empresa considera equivalentes a caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, qualifica-se como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 dias, são registrados em investimentos a curto prazo.

**3.2. Outros Créditos e Despesas Antecipadas**

Representam os créditos concedidos aos funcionários, assim como adiantamentos concedidos aos acionistas e fornecedores.

Os adiantamentos a fornecedores representam pagamentos efetuados antecipadamente ao recebimento das mercadorias e que representam direitos que findam mediante a entrega da mercadoria. Em caso contrário, tais direitos se convertem em créditos financeiros a serem ressarcidos pelo fornecedor

As despesas antecipadas são aplicações em recursos cujo benefícios ocorrerão no exercício seguinte. Serão apropriadas de acordo com o regime de competência, à medida que as despesas forem sendo efetivamente incorridas.

**3.3. Imobilizado - CPC 01 e CPC 27**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação e as vidas úteis estimadas são as previstas pela legislação fiscal e são descritas abaixo:

**Terrenos - Sem vida útil estimada****Edificações - 25 anos**

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

**3.4. Fornecedores - CPC 12**

Os fornecedores representam as compras a prazo efetuadas pela empresa. Atendendo ao princípio da relevância contábil, os fornecedores que possuam exigibilidade dentro de até 12 meses foram considerados isentos de despesas de juros.

**3.5. Obrigações Fiscais - Regimes de tributação - CPC 32**

A empresa adota o regime de tributação do Lucro Real Anual e calcula as alíquotas de 15% e 9% sobre a receita bruta mensal ou o balancete de redução, de acordo com o que for mais vantajoso para a empresa. Os valores recolhidos antecipadamente são considerados como antecipação de imposto, e no final do exercício será feita o ajuste anual comparando o imposto efetivamente devido sobre o lucro com o imposto recolhido durante o exercício.

Mensalmente, a empresa fez o levantamento de balancetes de redução/suspensão e, caso aplicável, efetuou o recolhimento do tributo nas alíquotas vigentes de 15% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Em caso de não recolhimento, o devido passivo foi reconhecido e atualizado.

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços - ISS, às alíquotas vigentes em cada região, à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS na modalidade cumulativa para as receitas auferidas, às alíquotas de 1,65% e 7,6% respectivamente. Já as receitas financeiras são tributadas por alíquotas reduzidas, sendo 0,65% para o PIS e 4% para a Cofins.

**3.6. Empréstimos e Financiamentos - CPC 20**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor presente acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos

**3.7. Obrigações Trabalhistas e Sociais**

A empresa remunera mensalmente seus funcionários e diretores, e reconhece mensalmente, obedecendo o regime de competência, os valores relativos às férias, 13º salário, licença remunerada, e demais encargos, conforme previsto nos códigos legais e trabalhistas vigentes no País.

CNPJ nº 08.424.178/0001-71

**Notas Explicativas**

EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

NIRE: 24300001193

**3.8. Partes Relacionadas - CPC 05**

A empresa reconhece como parte relacionada as suas entidades controladoras e coligadas, ou empresas que possuam significativo poder de voto, assim como as operações envolvendo seus sócios. As operações financeiras com partes relacionadas são feitas conforme contrato de mútuo e atualizadas monetariamente conforme os termos do contrato.

**3.9. Receitas e Despesas Financeiras**

As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre fundos, de adiantamentos concedidos e de recebimento de juros decorrente de vendas à prazo. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos.

**4. Disponibilidades****Aplicações financeiras - Conta 110102**

Banco Bradesco S/A - c/c 30147-7

2025

2024

2

-

2-**5. Contas a receber****Contas a receber - Conta 110201**

Premium Distribuidora

100

100-**6. Realizável a Longo Prazo****Aplicações Financeiras - Longo Prazo - Conta 120106**

Titulo de Capitalização

2025

2024

26

26

2626**7. Ativo Imobilizado - Conta 1203**

31/12/2025

31/12/2024

	CUSTO HISTÓRICO	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	PROVISÃO P/PERDAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
Edificações	14.674	(5.411)	(2.143)	7.120	7.622
Terrenos	2.453	-	-	2.453	2.453
	<u>17.127</u>	<u>(5.411)</u>	<u>(2.143)</u>	<u>9.573</u>	<u>10.075</u>

**8. Fornecedores****Fornecedores Nacionais - Conta 21020**

Serviços

2025

2024

288

288

288288**9. Obrigações Fiscais e Sociais****Obrigações Fiscais - Conta 210301**

Pis a Recolher

6

-

Cofins a Recolher

26

-

Parcelamento CVM

160

74

Parcelamento Lei 12.996/2014

44

43

Parcelamento IPTU

100

38

336155**Obrigações Sociais - Conta 210302**

INSS a Recolher

3

4

34**Total de Obrigações Fiscais e Sociais**339159**10. Obrigações Trabalhistas****Obrigações com Pessoal - Conta 2104**

Salários a Pagar

2

2

13º Salário a Pagar

1

1

Férias 1/12 Avos a Pagar

2

1

INSS e FGTS S/ Férias 1/12 Avos a Pagar

-

1

55

CNPJ nº 08.424.178/0001-71

**Notas Explicativas**

EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

NIRE: 24300001193

		2025	2024
<b>11. Outras Obrigações</b>			
<b>Adiantamento de Clientes - Conta 210501</b>			
Diversos		1.000	-
		<b>1.000</b>	<b>-</b>
<b>Outras Contas a Pagar - Conta 210503</b>			
ALNX Boutique Ltda		193	193
Bijouly IpanemaBoutique Ltda		193	193
Enaile Boutique Calçados Ltda		192	192
Via Curtume Icarai Boutique Ltda		192	192
		<b>770</b>	<b>770</b>
<b>Total de Outras Obrigações:</b>		<b>1.770</b>	<b>770</b>
<b>12. Empréstimos e Financiamentos</b>			
<b>Débitos com partes Relacionadas - Conta 220105</b>			
Concretudo Construções	(iii)	74.542	66.612
São Bento Textil Ltda	(i)	79.897	69.032
Itapissuma Agroindustrial S/A	(ii)	16.141	13.946
		<b>170.580</b>	<b>149.590</b>

**(i) Contrato de Mútuo.**

- Firmado em 14 de agosto de 2023;
- Valor limite: R\$ 100.000.000,00;
- Finalidade: Aplicação de recursos na realização de investimentos ou utilização como capital de giro para a manutenção do projeto localizado no município de Parnamirim (RN);
- Prazo máximo de pagamento: 5 anos, contados a partir da celebração do contrato;
- Encargos financeiros: Variação da TJLP ou a que vier substituí-la, em 6% a.a. até a data do efetivo pagamento.

**(ii) Contrato de Mútuo.**

- Firmado em 05 de maio de 2023;
- Valor limite: R\$ 25.000.000,00;
- Finalidade: Aplicação de recursos na realização de investimentos ou utilização como capital de giro para a manutenção do projeto localizado no município de Parnamirim (RN);
- Prazo máximo de pagamento: 5 anos, contados a partir da celebração do contrato;
- Encargos financeiros: Variação da TJLP ou a que vier substituí-la, em 6% a.a. até a data do efetivo pagamento.

**(iii) Contrato de Mútuo.**

- Firmado em 05 de maio de 2023;
- Valor limite: R\$ 100.000.000,00;
- Finalidade: Aplicação de recursos na realização de investimentos ou utilização como capital de giro para a manutenção do projeto localizado no município de Parnamirim (RN);
- Prazo máximo de pagamento: 5 anos, contados a partir da celebração do contrato;
- Encargos financeiros: Variação da TJLP ou a que vier substituí-la, em 6% a.a. até a data do efetivo pagamento.

		2025	2024
<b>13. Obrigações Fiscais e Sociais - Longo Prazo</b>			
<b>Obrigações Fiscais - Longo Prazo - Conta 220301</b>			
Parcelamento Lei 12.996/2014		98	129
Parcelamento CVM		475	-
		<b>573</b>	<b>129</b>

**14. Capital social**

O capital autorizado é representado por 1.380.000 unidades de ações escriturais, sem valor nominal. O capital subscrito e integralizado de R\$44.070 é representado por 1.207.000 de ações escriturais, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no país, na seguinte distribuição:

Tipo de Ações/ Acionistas	Quantidade Em Mil	% P/ Tipo	% Total
<b>Ordinárias</b>			
Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	8.140	6,75%	45,00%
São Bento Textil Ltda	9.942	8,24%	54,96%
Concretudo Construções Ltda	2	0,00%	0,01%
Jarbas Guimarães Júnior	1	0,00%	0,01%
Outros acionistas	4	0,00%	0,02%
<b>Total ações ordinárias</b>	<b>18.089</b>	<b>14,99%</b>	<b>100,00%</b>
<b>Preferenciais</b>			
<b>Preferenciais Classe A</b>			
Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	564	0,47%	1,97%
São Bento Textil Ltda	12.399	10,27%	43,34%
Concretudo Construções Ltda	8.369	6,93%	29,26%
Outros acionistas	7.275	6,03%	25,43%

CNPJ nº 08.424.178/0001-71

**Notas Explicativas**

EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

NIRE: 24300001193

	<u>28.607</u>	<u>23,70%</u>	<u>27,89%</u>
<b>Preferenciais Classe B</b>			
Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	2	0,00%	0,01%
Outros acionistas	<u>12</u>	<u>0,01%</u>	<u>0,04%</u>
	<u>14</u>	<u>0,01%</u>	<u>0,01%</u>
<b>Preferenciais Classe C</b>			
Itapissuma Agroindustrial e Mercantil Ltda	279	0,23%	0,98%
Outros acionistas	<u>73.690</u>	<u>61,06%</u>	<u>257,59%</u>
	<u>73.969</u>	<u>61,29%</u>	<u>258,57%</u>
<b>Total ações preferenciais</b>	<u>102.590</u>	<u>85,01%</u>	<u>100,00%</u>
<b>TOTAL</b>	<u>120.679</u>	<u>100,00%</u>	

As ações preferenciais não têm direito a voto, mas, gozam de outros direitos legais e estatutários.

	2025	2024
<b>15. Receitas</b>		
<b>Receita Bruta - 310104</b>		
Aluguel de Imóveis Próprios	1.202	24
	<u>1.202</u>	<u>24</u>
<b>Impostos s/ Receita Bruta - 310202</b>		
(-) Pis	(17)	
(-) Cofins	(77)	(2)
	<u>(94)</u>	<u>(2)</u>
<b>Receita Líquida</b>	<u>1.108</u>	<u>22</u>
<b>16. Custo das Receitas</b>		
<b>Custos Indiretos - 420103</b>		
Encargos de depreciações	(466)	-
	<u>(466)</u>	<u>-</u>
<b>17. Despesas administrativas</b>		
<b>Despesas Gerais Administrativas - Conta 4302</b>		
Despesas com Pessoal	(41)	(42)
Serviços Terceirizados	(63)	(85)
Despesas Tributárias	(420)	(2)
Despesas Gerais	(509)	(634)
	<u>(1.033)</u>	<u>(763)</u>
<b>18. Outras Receitas Operacionais</b>		
<b>Outras Receitas não classificadas anteriormente - 310504</b>		
Receita de Indenização Judicial	1.000	-
	<u>1.000</u>	<u>-</u>
<b>19. Resultado Financeiro</b>		
<b>Despesas Financeiras - 4303</b>		
Juros e Encargos	(23.697)	(18.138)
	<u>(23.697)</u>	<u>(18.138)</u>
<b>20. Seguros</b>		

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a empresa não mantinha cobertura de seguros.

**21. Paralisação das atividades**

Em 2008 a companhia teve que paralisar suas atividades operacionais devido, principalmente à conjuntura econômica influenciada pela crise financeira mundial, atrelada a política cambial e a invasão de produtos importados dentro do setor têxtil. Desde aquele ano a companhia vem tentando atrair investidores que pudessem aportar recursos que possibilitassem a retomada de suas atividades, porém sem êxito. Os acionistas controladores vêm aportando recursos apenas e tão somente para quitar débitos fiscais parcelados com benefícios de redução de juros e multas concedidos pelo Governo Federal, assim como para a manutenção e proteção de suas instalações. Portanto, o motivo principal que levou a administração da companhia a adotar o pressuposto da continuidade operacional, foi e continua sendo a expectativa de a crise financeira que se acentua no Brasil, seja controlada e que possa obter recursos em médio prazo para que assim possa retomar suas operações.

Pelo exposto fica evidenciado que, sem alterações nos fatores que levaram à paralisação das atividades, a retomada das operações somente irá acarretar maiores perdas para a companhia (cujo patrimônio líquido já é negativo) e também para seus acionistas.

## Notas Explicativas

EMPRESA BENEFICIÁRIA DOS INCENTIVOS FISCAIS DO NORDESTE - FINOR

CNPJ nº 08.424.178/0001-71

NIRE: 24300001193

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**Presidente:** Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

**Conselheiro:** William Antonio dos Santos

**Conselheiro:** Luciana Roma Victor de Araújo

### DIRETORIA

**Diretor-Presidente:** Jarbas Guimarães Junior

**Diretoria Comercial:** Jarbas Guimarães Junior

**Diretoria de Relações com Investidores:** Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

### CONTADOR

**Francisco Ferreira Paz Junior**

**Contador - CRC 029260 PE - "S" RN**

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DE AUDITORIA  
TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A  
CNPJ: 08.424.178/0001-71

Exercício 2025

Responsável Técnico:

Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo  
Contador – CRC/PA 002671/O-3

Auditor Independente

### RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores das  
TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A

#### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis das TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do fluxo de caixa, demonstração do resultado abrangente e demonstração do valor adicionado para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação às TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### Ênfase

1. A Companhia paralisou suas atividades operacionais em 03 de julho de 2008. Como consequência da paralisação operacional essa vem acumulando resultados negativos apresentando em 31/dezembro/25 um Patrimônio Líquido negativo no montante de R\$ 163.854 mil. Essas condições, juntamente com outros assuntos como negociação do imobilizado (parte de prédio/terreno) indicam a existência de incerteza significativa quanto à continuidade da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. A Companhia apresenta em 31/dezembro/25 um saldo em seu Passivo não Circulante de R\$ 171.153 mil, referente aos mútuos com coligadas/ligadas. A descontinuidade operacional da Companhia e seus consequentes prejuízos acumulados geram incerteza quanto à liquidação dos referidos débitos. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros Assuntos

### Informação suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos das TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S/A.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deva ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 02 de março de 2026.

Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo  
Auditor Independente CNAI N°-171  
Contador CRC/PA 002671/O-3  
IBRACON N°-3715  
CVM 4677

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Parnamirim (RN), 05 de março de 2026.

À  
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: Declarações requeridas – Art. 27º da Instrução CVM 80/2022

Os Administradores da TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S.A., abaixo indicados, declaram para os devidos fins e efeitos, nos termos do Art. 27º da Instrução CVM 80/2022 que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras levantadas em 31/12/2025 e 31/12/2024.

Diretor Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Parnamirim (RN), 05 de março de 2026.

À  
COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ASSUNTO: Declarações requeridas – Art. 27º da Instrução CVM 80/2022

Os Administradores da TECBLU – TECELAGEM BLUMENAU S.A., abaixo indicados, declaram para os devidos fins e efeitos, nos termos do Art. 27º da Instrução CVM 80/2022 que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras emitido em 02 de março de 2025 relativo as demonstrações financeiras levantadas em 31/12/2025 e 31/12/2024.

Diretor Presidente: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria Comercial: Jarbas Guimarães Junior

Diretoria de Relações com Investidores: Ruy Manoel Simões de Carvalho Turza Ferreira